



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

14 de agosto 2013

[www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br)



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 14/08/2013
<b>Assunto:</b> Vagas no Magistério		<b>Página:</b> 32

# DIÁRIO CATARINENSE

### **Governo de SC terá de chamar aprovados**

A Justiça determinou a chamada imediata de todos os aprovados no concurso do magistério estadual de Santa Catarina de 2012, ainda não nomeados. Das 2 mil vagas abertas, 1.661 foram preenchidas. Outros 339 professores esperam ser chamados. Cabe recurso. A decisão concede o prazo de 60 dias para que os docentes aprovados sejam convocados, nomeados e comecem a trabalhar. Se descumprida cabe multa não fixada. Em março, o Sindicato dos Trabalhadores Educação (Sinte) entrou com a ação coletiva. A Secretaria de Estado da Educação informou que espera ser informada oficialmente da decisão para tomar as medidas cabíveis.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

**Editoria:** Opinião

**Data:** 14/08/2013

**Assunto:** Juventude X alienação

**Página:** 06

# A NOTÍCIA

## Juventude x alienação



**GUILHERME  
GUIMBALA JUNIOR,**

*professor  
advguimbala@yahoo.com.br*

Vivemos um momento histórico de protestos, manifestações e passeatas em toda a Nação e a passagem do papa Francisco, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, deve ter sido um alívio para muitos políticos que saíram do foco da mídia. Acredito piamente que ninguém que tenha vivido a era da ditadura e da repressão queira regredir novamente para este regime de exceção. A única e verdadeira revolução que a voz das ruas proclama é uma revolução de honestidade e transparência com a coisa pública, mais do que plebiscitos, agendas positivas e promessas incautas feitas no calor dos protestos.

Confesso que concordo parcialmente com uma amiga de orientação mais à esquerda quando diz que muitos dos jovens que hoje saem à rua para protestar nem sabem direito por que protestam e seriam mais úteis nos seus videogames e fazendo suas chapinhas em casa. Mas depois de 30 exibições do nosso Projeto Retratos de uma Juventude para mais de 7 mil jovens por cidades de Santa Catarina, diria que a afirmação da minha amiga é uma meia-verdade.

Nossa pesquisa constata que temos, sim, uma geração em parte alienada, mas por falta de opções culturais e pouco acesso a eventos, muitas vezes proibitivos ao poder aquisitivo desses jovens. Nas palavras deles, pouco ou quase nada do que é feito

com verbas públicas pelas fundações culturais dos municípios visitados pelo projeto até agora vai para as escolas públicas ou sequer são divulgados adequadamente para esses alunos. Também fica difícil compreender a diferença de tratamento entre alunos de escolas municipais e alunos de escolas estaduais em relação ao acesso à cultura, se são todos municípios, independentemente do partido que ocupa o poder e seus relacionamentos com a oposição.

Em cidades menores, os jovens sonham com shopping center, cinema, esportes, lugares para se encontrar, pedem praças e parques e anseiam por serem mais bem compreendidos, em ter uma relação mais saudável com os pais, com mais diálogo e harmonia na família. E um número expressivo deles respondeu querer mais cultura e uma

educação de melhor qualidade.

Alô, senhores produtores culturais: uma das conclusões mais expressivas da nossa proposta é que plateia para bons eventos não falta e temos uma juventude ávida por cultura no Estado. Dou um singelo exemplo: nosso documentário foi selecionado para uma mostra de audiovisual em um evento com o apoio do Simdec local e foi assistido por 30 pessoas, no máximo. Se tal mostra fosse organizada em qualquer uma destas várias escolas que visitei, a plateia seria no mínimo dez vezes maior.

**Temos uma  
juventude  
ávida por  
cultura**



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Portal IG	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 14/08/2013
<b>Assunto:</b> Por resultado em avaliações de redes, professores mudam formato de provas		<b>Página:</b> Online



### Por resultado em avaliações de redes, professores mudam formato de provas

*Estudo mostra que educadores buscam formular questões parecidas com as que serão feitas por provas padronizadas*

O que era para servir de avaliação do processo de ensino e aprendizagem que ocorre dentro das escolas está se tornando um manual do que e como ensinar. Um estudo apresentado nesta segunda-feira pela Fundação Carlos Chagas em parceria com a Fundação Itaú Social mostra que as provas externas feitas por governos para mensurar a qualidade de ensino são usadas por escolas como modelo de conteúdo e questão.

#### QUESTOES DA PROVA BRASIL

VEJA MODELOS DE PERGUNTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA FEITAS AOS ESTUDANTES DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO



9º ano do ensino fundamental / Português

#### A assembleia dos ratos

Um gato de nome Faro-Fino deu de fazer tal destroço na rataria duma casa velha que os sobreviventes, sem ânimo de sair das tocas, estavam a ponto de morrer de fome.

Tomando-se muito sério o caso, resolveram reunir-se em assembleia para o estudo da questão. Aguardaram para isso certa noite em que Faro-Fino andava aos ritados pelo telhado, fazendo conetos à lua.

— Ache — disse um deles — que o meio de nos defendermos de Faro-Fino é lhe atarmos um guizo ao pescoço. Assim que ele se aproxime, o guizo o denuncia e ponho-nos ao fresco a tempo.

Palmas e bravos saudaram a luminosa ideia. O projeto foi aprovado com delírio. Só votou contra um rato casmurro, que pediu a palavra e disse:

— Está tudo muito direito. Mas quem vai amarrar o guizo no pescoço de Faro-Fino?

Silêncio geral. Um desculpou-se por não saber dar nó. Outro, porque não era tolo.

Todos, porque não tinham coragem. E a assembleia dissolveu-se no meio de geral contemtação.

Dizer é fácil - fazer é que são elas!

LOBATO, Monteiro, in *Livro das Virtudes* - William J. Bennett - Rio de Janeiro.

Na assembleia dos ratos, o projeto para atar um guizo ao pescoço do gato foi

- (A) aprovado com um voto contrário.
- (B) aprovado pela metade dos participantes.
- (C) negado por toda a assembleia.
- (D) negado pela maioria dos presentes.

RESOLUÇÕES: CURSINHO BENFIL

*Avaliações externas como a Prova Brasil passam de teste para referência de conteúdo e formato*





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A pesquisa qualitativa foi feita em 2012 em quatro redes, três com provas próprias – a Estadual do Espírito Santo e as municipais de São Paulo (SP) e Castro (PR) – e uma que usa as avaliações estadual e nacional, a de Sorocaba (SP). Em cada cidade foram ouvidos gestores, dirigentes, coordenadores pedagógicos e professores de quatro escolas.

Em parte das redes houve afirmações de que há treino específico tanto com simulado de questões quanto para o preenchimento dos cartões de resposta. Em todas, professores e coordenadores pedagógicos relataram ter se inspirado nas questões para mudar a própria forma de avaliar.

O pesquisador Nelson Antonio Simão Gimenes, um dos coordenadores do estudo na Fundação Carlos Chagas, pondera que a adaptação pode ser boa. “Lógico que pode ter escolas colocando um enfoque muito grande sobre as provas, mas os conteúdos das avaliações são os mesmos conhecimentos que se espera dos estudantes, portanto a busca por resultado deve gerar aprendizado”, diz. Na opinião dele, a ausência de uma formação de professores voltada a técnicas didáticas deixa um vazio que torna maior o espaço que as provas padronizadas ganham na prática dos professores.

Alguns relatos de educadores no estudo mostram a importância dada por professores às avaliações externas. “O mais difícil, sabe o que é? É aprender a elaborar as questões como as da Prova São Paulo. Porque são as questões que o pessoal não está acostumado a usar”, comentou uma professora da rede municipal paulistana. Outra, de Castro, detalha o processo: “As formas como eu avaliava, os tipos de questões que eu fazia, dava uma diferença grande para o Idec (Índice de Desenvolvimento Educacional de Castro). Agora a gente procura trabalhar, não totalmente igual, mas pensando na prova do Idec. A gente fazia aquelas questões às vezes curtinhas, na forma de pergunta e resposta. Agora eles precisam de bastante interpretação.”

Na rede estadual do Espírito Santo, uma professora usa as questões dos anos anteriores com os alunos que ainda não passaram pela prova padronizada. “Pego essas avaliações antigas e trabalho em cima delas”, afirma. Outra, em Sorocaba, introduziu um novo conteúdo baseada em prova anterior. “Hoje as nossas avaliações têm muito mais a cara da avaliação externa. É até uma forma de estar acostumando as crianças. Por exemplo: a transposição de gênero, como teve um ano, para a gente transformar um conto de fada, que era uma sopa de pedra, numa receita. Essa questão, naquele ano, foi uma surpresa para o terceiro ano. Então a gente começou a trabalhar de uma forma mais pontual, principalmente essa questão que a gente não trabalhava.”

Em três das redes de ensino estudadas (Espírito Santo, Sorocaba e Castro), as secretarias de Educação disseram que as matrizes das avaliações externas foram usadas como subsídios para revisão ou discussão do currículo escolar. Em São Paulo, o ex-secretário Alexandre Schneider afirma que a criação das matrizes curriculares para a prova e para a rede foram construídas juntas. Com a eleição de Fernando Haddad, a Prova São Paulo foi extinta em 2013 e os paulistanos passarão a usar apenas a Prova Brasil, avaliação nacional.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Data:</b> 14/08/2013
<b>Assunto:</b> Fora da lei, 11 capitais negam tempo livre a professores		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S.PAULO

### **Fora da lei, 11 capitais negam tempo livre a professores** *Municípios ignoram exigência de horário para docente planejar aula*

Cinco anos após ser aprovada no Congresso, a lei que fixa condições mínimas aos professores de escolas básicas públicas não é cumprida em 12 das 27 capitais. Uma delas não paga o piso salarial e as outras 11 não concedem jornada extraclasse mínima. A regra determina piso salarial de R\$ 1.567 no ensino fundamental e médio (jornada de 40 horas semanais). Também exige que o docente fique 1/3 do período fora das aulas, para preparação de atividades, por exemplo.

Levantamento da Folha com secretarias municipais de Educação aponta que em 11 capitais o período extraclasse é inferior ao exigido (Belém, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis, Maceió, Manaus, Natal, Recife, Salvador, São Paulo e Vitória). Em relação ao valor do salário, Macapá paga R\$ 1.345 --menos que o piso, portanto.

A lei visa melhorar condições de trabalho dos docentes em atividade e atrair mais jovens para o magistério. A maior dificuldade para se cumprir a regra da jornada extraclasse é que ela requer contratação de docentes, pois os professores já em atividade teriam que dar menos aulas. Segundo a Undime, que representa secretários municipais de Educação, gestores buscam cumprir a regra, mas alegam falta de verbas. "Todo mundo vai ter de ceder nesse processo", disse a presidente da Undime, Cleuza Repulho, referindo-se a prefeituras e sindicatos.

### **SANÇÃO**

A lei não prevê sanção automática ao gestor que descumpra a regra. Ao sancionar a norma, o então presidente Lula afirmou que só cabe punição se comprovada a desonestidade do administrador.

Pesquisador da USP em direito administrativo, Gustavo Justino de Oliveira entende que a própria legislação sobre improbidade prevê punição a quem desrespeita lei como a do piso do magistério. Um passo necessário é o pedido do Ministério Público. Já Carlos Ari Sunfeld, pesquisador da PUC e da FGV, vê como exagerada uma ação de improbidade em casos que não se caracterizem má fé. Diz, porém, que há respaldo legal para que docentes peçam cumprimento da lei.

Resolução do Conselho Nacional de Educação estabeleceu 2015 como prazo final de transição. A regra, porém, não tem força de lei. Há divergências sobre o alcance da lei do piso. "Atividade intelectual, principalmente como a docência, exige reflexão e preparação", disse o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. Já Ilona Becskeházy, consultora em educação, considera ser mais importante a definição de currículo claro para as escolas, melhoria nos materiais e infraestrutura.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> MEC	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 14/08/2013
<b>Assunto:</b> Quase 90% das escolas públicas escolheram os livros didáticos		<b>Página:</b> Online



### **Quase 90% das escolas públicas escolheram os livros didáticos**

*Escolas que não fizeram escolhas devem receber os livros mais selecionados na respectiva região*

Um total de 89,24% das escolas públicas com turmas dos anos finais do ensino fundamental escolheram os livros didáticos que serão usados por seus alunos a partir de 2014. No total, 45.174 unidades de ensino efetivaram a escolha no período da seleção, que terminou nesta segunda-feira, 12. Apenas 5.447 escolas (10,76%) não fizeram escolhas e devem receber os livros mais selecionados na respectiva região.

O percentual de escolas com escolha efetivada ultrapassou 95% em cinco unidades da Federação: Distrito Federal (96,72%), Paraná (96,31%), Espírito Santo (96,07%), Mato Grosso do Sul (95,82%) e Ceará (95,77%). Por sua vez, os estados com menor percentagem foram Amapá (48,21%), Roraima (63,94%) e Amazonas (70,41%).

Professores, diretores e coordenadores pedagógicos tiveram prazo de 2 a 12 de agosto para fazer a escolha no Sistema de Material Didático do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disponível em [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br). Foram selecionadas obras destinadas a alunos e professores do sexto ao nono ano do ensino fundamental de todas as disciplinas: português, matemática, história, geografia, ciências e língua estrangeira (inglês ou espanhol).

O FNDE vai agora estratificar os pedidos feitos pelas escolas para negociar a aquisição das obras com as editoras. A previsão do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é de comprar quase 90 milhões de exemplares em benefício de aproximadamente 13 milhões de alunos e 1 milhão de professores dos anos finais do ensino fundamental.